ATA n° 02
1° REUNIÃO ORDINÁRIA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTICC

1. Identificação da reunião

Data	Horário				Local	Coordenação
14/09/2023	Início:	14:00	Término:	18:00	Auditório da CGU	SE-CGU

2. Pauta

14:00 ABERTURA
INFORME CGU
REGIMENTO INTERNO
APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DOS GRUPOS DE TRABALHO/PLANO DE TRABALHO

16:10 COFFEE BREAK
16:25 APRESENTAÇÃO CONCURSO NACIONAL UNIFICADO – MGI
OUTROS ASSUNTOS/ INFORMES OPERACIONAIS

18:00 ENCERRAMENTO
ESPAÇO DE CONVERSA COM OS SECRETÁRIOS

3. Participantes

Órgão/Entidade	Nome Completo	Cargo / Situação no Conselho
CGU	Vinícius Marques de Carvalho	Ministro
CGU	Vânia Vieira	Secretária-Executiva
CGU	Flávio Marques Prol	Chefe de Gabinete do Ministro
CGU	Fábio Félix Cunha da Silva	Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva
CGU	Ana Túlia	Secretária
CGU	Eveline Martins Brito	Secretária
CGU	Izabela Corrêa	Secretária
CGU	Ronald Balbe	Secretário
CGU	Ricardo Wagner	Corregedor-Geral
CGU	Otávio Neves	Diretor
CGU	Renato Machado	Diretor
CGU	Rodrigo Lofrano	Diretor
CGU	Anjuli Tostes	Assessora Especial
CGU	Iagê Zendron Miola	Assessor Especial
CGU	Fernanda Rocha de Moraes	Auditora Federal
CGU	Cícera Monteiro	Apoio de Gabinete
CGU	Cristiane Figueiredo	Apoio de Gabinete

CGU	Iasmim Leiros	Apoio de Gabinete
ABRIG	Carolina Amaral Venuto	Titular
Agenda Pública	Sérgio Rodrigo Andrade	Titular
AGU	Diogo Luiz da Silva	Titular
Artigo 19	Paulo José Lara	Titular
CEDRA	Cristina Lopes da Silva	Titular
CISET PR	Edson Leonardo Daléscio Sá Teles	Titular
CNI	Hávila da Nóbrega Oliveira	Titular
CNJ	Johaness Eck	Convidado Permanente
ETHOS	Caio Luiz Carneiro Magri	Titular
FGV	Raquel de Mattos Pimenta	Titular
Fiquem Sabendo	Bruno Schimitt Morassutti	Titular
Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIA+	Reinaldo da Silva Bulgarelli	Titular
IBGC	Valéria Mandia Café	Titular
IBPT	Mayara Cristina de Mello Lobo	Representante
INESC	José Antônio Moroni	Titular
MDHC	Sérgio Nogueira Seabra	Titular
MDIC	Érica Nathair	Suplente
MDIC	Lisandro Loiola	Representante
MF	Juliana Cristina Santos	Representante
MGI	Cilair Rodrigues de Abreu	Representante
MGI	Dilson Gonzaga Pereira Neto	Representante
MGI	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	Titular
MGI	José Celso Cardoso Jr	Representante
MGI	Karyta Damasio Monteiro Lopes	Representante
MGI	Maria Aparecida Chagas	Representante
MJSP	Augusto de Arruda Botelho	Titular
MPOG	Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira	Titular
OAB	Kelly Oliveira de Araújo	Titular
Open Knowledge Brasil	Fernanda Campagnucci Pereira	Titular
SEBRAE	Gabriel Nogueira Bravo	Representante
TCU	Hamilton Caputo Delfino Silva	Convidado Permanente
Transparência Brasil	Juliana Mari Sakai	Titular
Transparência Internacional Brasil	Bruno Andrade Brandão	Titular
Transparência Internacional Brasil	Renato Morgado	Representante

UNACON Sindical	Elaine Niehues Faustino	Titular
UNB	Graziela Dias	Representante

4. Reunião

4.1 Abertura

Comentário	Membro
Dá boas-vindas e inicia a reunião.	Vinícius Carvalho (Presidente do CTICC e Ministro da CGU)
Destaca a importância do Conselho e ações realizadas e previstas sob a nova gestão do governo. Apresenta ações da CGU agregadas nos seguintes eixos temáticos: - Transparência e acesso à informação; - Agenda Federativa; - Agenda Internacional; - Enfretamento aos assédios e discriminação; - Integridade Privada; - Integridade Pública; - Atuação da CGU na melhoria da gestão; - Prevenção e combate à corrupção; - Participação e engajamento social; - Produção de conhecimento e pesquisas. A Secretária informa, ainda, que a apresentação estará disponível na página do CTICC no site da CGU.	Vânia Vieira (Secretária-Executiva da CGU) e Vinícius Carvalho
Informa sobre a criação do Conselho de Governança da ENCCLA, que estabeleceu eixos prioritários anuais para a Secretaria Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Para este ano foram definidos dois eixos: i) crime ambiental e lavagem de dinheiro; ii) novas tecnologias, tais como criptoativos, jogos online, etc. O Conselho pretende diminuir o número de ações propostas para aproximadamente 5 ações anuais dentro de cada eixo de forma a torná-las mais focadas e objetivas.	Augusto Botelho (Secretaria Nacional de Justiça)
Questiona sobre o que é a Semana Dados BR, contida na apresentação da Secretária-Executiva da CGU.	José Antônio Moroni (INESC)

Em resposta a Moroni, informa que a Semana Dados BR é um evento que ocorrerá entre 26 e 29 de setembro, com palestrantes nacionais e internacionais, sobre assuntos relacionados a dados quanto à sua governança, privacidade, abertura, políticas e colaboração. Maiores informações podem ser obtidas em <gov.br/semanadadosbr>.	Otávio Neves (Diretor de Governo Aberto e Transparência da CGU)
Destaca o papel fundamental da CGU quanto ao controle social, promoção das agendas de integridade e novos desafios oriundos da reforma tributária, o que deverá colocar novas luzes na questão do orçamento público nos estados.	Caio Magri (Instituto Ethos)
Aponta que os temas levantados são importantes e há uma preocupação do ponto de vista de descentralização de orçamento, independentemente da discussão de reforma tributária. Sugere que na próxima reunião seja apresentada a perspectiva das superintendências regionais sobre a situação, para que o Conselho possa ter uma dimensão de como o trabalho está sendo feito e como ele chega nas superintendências.	Vinícius Carvalho
Salienta que as entidades de cada estado ou que queiram atuar em cada estado podem entrar em contato com as superintendências regionais da CGU, e a Secretaria-Executiva do CTICC pode coordenar este contato.	Vânia Vieira
Solicita maiores informações sobre qualidade de relatórios de censo escolar e cotas do serviço público. Questiona quanto ao Guia Lilás, se as denúncias recebidas têm olhar sobre raça e cor.	Cristina Lopes (CEDRA)
Em resposta a Cristina Lopes, sobre as denúncias referenciadas no Guia Lilás, esclarece que no momento não existe este olhar, mas a CGU vem trabalhando em análise para tratar dessas questões. Em termos de denúncia, os casos recebidos serão tratados.	Vânia Vieira
Esclarece, quanto à temática do censo escolar, que o assunto foi tratado em contato com o INEP, no âmbito mais amplo relacionando raça e gênero, com destaque para verificação da superestimativa de números a fim de identificar se os dados estão de acordo com a realidade local. Além disso está sendo tratado em outras políticas pela CGU, como por exemplo o Guia Inclua.	Ronald Balbe (Secretário Federal de Controle Interno da CGU)

Complementa que as entidades que tiverem interesse podem contribuir com o planejamento das auditorias.	Vânia Vieira
Ressalta que o conjunto de iniciativas apresentado pela CGU é significativo, e questiona se há alguma informação que possa ser compartilhada sobre o Programa Nacional de Prevenção da Corrupção liderado pelo TCU.	Francisco Bessa (MGI)
Explica que a CGU está em tratativas com o TCU através da Secretaria de Integridade Pública em busca de convergência e soma de esforços.	Vânia Vieira
Menciona a necessidade de criação de projetos estruturados que possam ser empacotados para os municípios em benefício público.	Sérgio Andrade (Agenda Pública)
Esclarece que a CGU tem uma série de agendas e ações que acontecem de forma indutiva, as próprias regionais propõem auditorias. É necessário achar alguns eixos que eventualmente podem se sobrepor, isto é, organizar o pacote território/municípios como proposto. Atualmente a CGU volta à sua agenda presente nos municípios, pretendendo entrar com a perspectiva de consultoria colaborativa, realização de auditorias, ajudar a estruturar a política de integridade nos municípios, onde for possível. Espera que na próxima reunião esses pacotes possam ser apresentados.	Vinícius Carvalho
Reforça que parte desse trabalho foi feito recentemente, como organização da Marcha dos Prefeitos, incentivo da adesão à plataforma Fala BR, ao sistema de ouvidorias, etc. Considera que é preciso dar destaque a avançar nestas questões.	Vânia Vieira
Explica que o PNPC não é um programa do TCU, mas composto por CGU, CONAR, e outras instituições. Foi conduzido por redes de controle nos estados com participação de diversos órgãos. A parceria com CGU se deu principalmente porque o órgão tem atuação muito forte, é de muito bom tom que os órgãos trabalhem em sintonia, de forma conjunta.	Hamilton Caputo (TCU)

4.2 Desenvolvimento da pauta

a) <u>Regimento Interno</u>

Comentário	Membro
Esclarece que foram colhidas as contribuições e incorporadas as sugestões, e que os arquivos serão disponibilizados no Google Drive. Propõe reunião extraordinária dia 26/09 para votação.	Fábio Félix (Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da CGU)
Questiona sobre como será a metodologia de votação do Regimento Interno, e como os conselheiros podem propor outros temas de assuntos que não estão nos GTs.	Bruno Morasutti (do Fiquem Sabendo)
Explica que a votação será por dispositivo. Novos temas podem ser propostos dentro do próprio GT, e caso não se encaixem em nenhum dos grupos, podem ser encaminhados para a Secretaria Executiva do CTICC para indicação de outras formas de encaminhamento.	Fábio Félix
Chama atenção para possível conflito de datas ao colocar votação na semana de dados.	Patrícia Oliveira (do Ministério do Planejamento)
Sugere adiar para a semana seguinte, caso não choque com outras agendas.	Fábio Félix

b) Metodologia para elaboração do Plano de Trabalho

Comentário	Membro
Explica que o tema geral de cada GT é o próprio nome do grupo de trabalho, cada grupo pode abordar mais de um tema específico, e o tema específico pode gerar um ou mais produtos, e que cada produto tem um plano de ação, para o qual é importante definir responsáveis e prazos. O conjunto dos planos de ação gerarão os	Fábio Félix

insumos para construção do Plano de Trabalho do CTICC. Propõe prazo até 31/11/23 para estruturação do Plano, para que até 6 de dezembro na 2ª Reunião Ordinária tudo esteja devidamente compilado.	
Salienta a necessidade de definição de cronograma. Questiona sobre qual metodologia a CGU usa para monitoramento e avaliação de políticas públicas. Sugere avaliação dos impactos que as obras do PAC têm sobre as comunidades. Saliente que os GTs devem ser associados às competências do Conselho. Propõe reuniões presenciais dos GTs no mesmo dia em que houver reunião extraordinária do CTICC.	José Antônio Moroni
Sugere que a questão sobre as obras do PAC poderia ser um tema específico de um GT.	Vânia Vieira
Destaca que quando se fala sobre avaliação de políticas públicas, todo o trabalho feito decorre muitas vezes de denúncias, outras do CMAP, e outras da própria agenda de auditoria baseada em análise de risco feita pela equipe. Atualmente não há uma metodologia estruturada para avaliar política pública sob perspectiva da diversidade e da participação social. Da perspectiva do Conselho, pode-se pensar em uma cartilha, aumentar o escopo da participação social. A Secretaria Geral da Presidência da República deve tratar a questão do impacto do PAC nas comunidades.	Vinícius Carvalho
Sugere que haja um momento anterior à 2ª reunião ordinária para que o colegiado possa opinar. Questiona sobre como ficam os novos GTs que eventualmente surgirem, considerando o mandato dos membros atuais.	Fernanda Campagnucci (Open Knowledge)
Em resposta ao questionamento sobre instituição de novos GTs, esclarece que o assunto está previsto no Regimento.	Fábio Félix

c) Apresentação Concurso Nacional Unificado – MGI

Comentário	Membro
Apresenta palestra sobre o Concurso Nacional Unificado, esclarecendo os objetivos, como ampliar o acesso da sociedade civil e ampliar o público considerando a diversidade, perfis sociais, demográficos, territoriais, população negra e de baixa renda. O certame será organizado para um único dia de prova e que as provas, elaboradas por blocos temáticos. O estudo das áreas e seus temas está sendo operacionalizado por uma estrutura de governança cuja coordenação-geral é desempenhada pelo MGI, ENAP, IPEA, AGU e SECOM/PR, comitê consultivo/deliberativo e grupo temático operacional. A apresentação da proposta aos órgãos é com objetivo de conhecerem melhor tendo em vista que a adesão é voluntária e não impositiva. Outro ponto é garantir a transparência e integridade de modo geral para o certame. O Conselho foi convidado a participar como forma de acompanhamento.	José Celso Cardoso Jr. (MGI)
Questiona sobre como estão sendo pensados os quesitos de diversidade para o concurso unificado.	Reinaldo Bulgarelli (Fórum de Empresas LGBT+)
Questiona se existe a possibilidade de propor adesão voluntária de entes subnacionais neste modelo.	Bruno Morasutti
Questiona se há ações afirmativas, além das cotas raciais, se serão consideradas para todos os órgãos ou decisão interna.	Caio Magri
Em resposta aos questionamentos, explica que será aplicada a lei de cotas para o concurso nacional, e existe um PL para renovação da referida lei. Haverá reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência, e a FUNAI terá 30% de cargos reservados para pessoas indígenas. Será pensado o caso do uso de nome social para pessoas trans e travestis. Neste primeiro momento, por questões operacionais e tempo dos editais, o MGI está focado em realizar o concurso em âmbito nacional, mas já há interesse neste modelo pelo estado do Paraná e o Ministério da Educação tem interesse em concurso unificado para professores das universidades públicas.	Maria Aparecida (MGI)

Fala sobre a importância da valorização dos servidores públicos, e salienta a problemática da terceirização, pelo risco de colocar pessoas inadequadas na execução de serviço público, sobretudo por indicação política, o que afeta diretamente a população.	Elaine Niehues (Unacon Sindical)
Questiona se o concurso unificado tem critério territorial.	Cristina Lopes
Em resposta a Cristina Lopes, esclarece que o MGI contou com ajuda do IPEA para definir preliminarmente quais seriam as cidades e o critério leva em conta densidade demográfica, o raio de influência microrregional e a distância máxima entre as cidades que contemplam o concurso.	José Celso Cardoso Jr.
Questiona se os candidatos podem concorrer a vários órgãos dentro do campo temático e se só pode escolher 1 campo temático.	José Antônio Moroni
Responde que os candidatos podem concorrer a vagas de vários órgãos, a exemplo do que ocorre com o Sistema de Seleção Unificada – SiSU.	José Celso Cardoso Jr.

d) Apresentação dos GTs – atualização sobre andamento dos trabalhos e assuntos gerais

Comentário	Membro
Apresentam a evolução dos trabalhos dos GTs em slides, cujo conteúdo estará disponível na página do CTICC no site da CGU.	Secretarias finalísticas da CGU
Sugere possível tema para o GT2: o acompanhamento da iniciativa apresentada pelo MGI referente ao concurso público unificado, dentro de lógica de monitoramento de políticas públicas.	Francisco Bessa
Sugere, no âmbito do GT2, o desenho de um experimento sobre onde estão sendo implementadas as políticas de integridade.	Juliana Sakai (Transparência Brasil)

Sugere que a temática do GT4 seja acesso à informação, transparência e controle social.	Caio Magri
Em resposta à sugestão de Caio Magri, menciona que há interesse em tratar do controle social, embora neste momento estejam focados na demanda do 6º plano de ação.	Izabela Correa (Secretária de Integridade Pública da CGU)
Sugere inclusão da temática do Sigilo no GT4.	Bruno Morassutti
Esclarece que o repositório de documentos sobre o CTICC será o Google Drive, ao qual serão adicionados os contatos dos membros para facilitar o acesso.	Fábio Félix
Faz apresentação sobre a retomada da participação social, com destaque para PPA Participativo, Marcha das Margaridas, Diálogos Amazônicos. Divulga a consulta pública sobre levantamento de necessidade de capacitação para controle social, com objetivo de realizar o mapeamento de cursos e participação territorial, empoderamento de setores historicamente marginalizados e vulnerabilizados, formação de formadores - "polinização" - para promoverem capacitação no território, neste sentido as superintendências regionais estão à disposição nas capitais e promovendo capacitação nos municípios.	Anjuli Tostes (Assessora Especial de Participação Social e Diversidade da CGU)

5. Encaminhamentos

Ações	Responsáveis
Será realizada reunião extraordinária para votação do Regimento Interno, de forma virtual pela plataforma Teams, após a semana de dados.	Membros titulares e Secretaria-Executiva do CTICC
Foi estabelecido prazo de entrega dos Planos de Ação de cada produto dos GTs até 31/11/23. Após a entrega, ficou combinado que a Equipe do CTICC realizará a estruturação do Plano de Trabalho do	Grupos de Trabalho e Secretaria-Executiva do CTICC

CTICC, que será apresentado 6 de dezembro, na 2ª Reunião Ordinária.	

6. Encerramento

Às 18:00h O Ministro Vinícius Carvalho fez o encerramento da reunião, agradecendo a participação de todos e se colocando à disposição.